

Oposição aproveita protesto de Serra

Partidos não aliados querem mobilizar o Congresso, governadores e prefeitos para resistir aos cortes na área da Saúde

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

O ministro da Saúde, José Serra, até tentou amenizar suas desavenças com as decisões da equipe econômica, depois da divulgação da nota técnica com críticas aos cortes orçamentários em sua pasta. Tarde demais. A reação do ministro irritou o governo, mas soou como música para a oposição, que ganhou uma voz forte contra a tesaoura nos recursos da área social, um dos pontos do pacote fiscal. "Ganhamos um aliado", comemorou o deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ).

Parlamentares que participaram ontem da reunião do Conselho Nacional de Saúde — inclusive do PT e do PCdoB — decidiram dar apoio total às queixas de Serra. Querem mobilizar o Congresso, governadores e prefeitos para resistir aos cortes. Vale até fazer vigília na rampa do Palácio do Planalto. "Serra, ministro e amigo do presidente, provou que nosso discurso está certo", disse a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), da chamada "bancada da Saúde".

Ao longo do dia, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), traduziu o desconforto instalado no Palácio do Planalto com a atitude de Serra. De manhã, disse não considerar legítima a pressão do ministro contra os cortes. E foi duro: "Até agora, não vi nada do Serra que pudesse prejudicar o governo. Mas se o Serra, ou qualquer outro quiser pre-

judicar, remova-se quem quiser prejudicar. O programa fiscal é uma obra de governo e o País é mais importante do que eu ou o Serra."

Companheiros de partido, os tucanos defenderam seu ministro. O líder do PSDB, Aécio Neves (MG), tentou neutralizar a opinião de Antonio Carlos. "Só um brasileiro foi eleito com votos para nomear e demitir ministros. Chama-se Fernando Henrique Cardoso. E Serra é um dos maiores colaboradores do governo. Continuará ministro e vamos aprovar o ajuste fiscal."

Às 14h30, Antonio Carlos recebeu telefonema de Serra. O tom do senador já era mais ameno — mas com uma ponta de ironia. Segundo ACM, Serra disse a ele que não divulgara a nota, e sim sua assessoria.

"Eu sempre acreditei que não tinha sido ele mesmo", comentou.

Para aproveitar a situação provocada pela rebeldia de Serra, deputados do PT foram aos números. Um estudo feito pelo gabinete do deputado Paulo Bernardo (PT-PR), há um ano, já mostrava os problemas com os recursos apontados pelo ministro. O documento petista afirma que, apesar do aumento de arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o dinheiro da saúde diminuiu.

E conclui: "A CPMF caminha para tornar-se a única fonte de financiamento da Saúde, uma vez que o governo diminuiu, consideravelmente, os recursos de outras fontes que financiavam o setor". A assessoria eco-

André Corrêa



Antonio Carlos: "O programa fiscal é uma obra de governo e o País é mais importante do que eu ou o Serra"

nômica do ministério parece concordar. Na nota, afirma que a receita da CPMF foi destinada à Saúde, mas foram diminuídas as outras fontes de financiamento para a área.

PROPOSTA

A prorrogação da CPMF e o aumento da alíquota cobrada de 0,20% para 0,38% é uma das prioridades do governo no programa de ajuste das contas públicas. Na próxima terça-feira, os líderes dos partidos aliados tentaram encontrar um caminho para acelerar a tramitação da proposta na Câmara. A vigência da CPMF acaba em 23 de janeiro e o go-

verno quer aproveitar uma emenda constitucional que já está pronta para votação em plenário.

O problema é que há dificuldades regimentais em modificar a proposta para incluir a alíquota pretendida pelo governo. O projeto prevê a prorrogação com alíquota até 0,25%. Uma das idéias para viabilizar uma aprovação rápida da CPMF — e evitar perda de receita que pode chegar a R\$ 22 milhões por dia — é reabrir a comissão especial que tratou dessa emenda e já concluiu seu trabalho, alterando o relatório que será votado em plenário.

Na base de apoio do governo há

resistências a manter a CPMF com novo valor. Já existem várias alternativas, mas o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, avisou que analisará em conjunto essas propostas, desde que seja mantido o objetivo de um esforço fiscal de R\$ 28 bilhões em 1999. Por isso, idéias como a compensação de parte da CPMF no Imposto de Renda da Pessoa Física, como quer o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), ou a criação de um Imposto Verde, cobrado sobre os combustíveis, precisam apresentar os mesmos resultados para receber o sim da equipe econômica.